

COM A PALAVRA, OS AUTORES: OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Ana Beatriz Accorsi Thomson¹

Introdução

Atualmente, muitas polêmicas têm marcado o contexto educacional brasileiro, fomentadas, em grande parte, pelas discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sobre esse assunto, Kátia Abud (2017) afirma que o Ensino de História tem sido visto, nos últimos anos, como um “campo de batalha”. Os usos do passado nas sociedades contemporâneas representam discussões acaloradas e ideológicas, seja nos livros didáticos, na construção de currículos ou no ensino cotidiano em sala de aula. Abud (2017) percebe tal ideia com bastante cautela, considerando que essa situação pode representar fatores de “estímulo” ao Ensino de História, mas também aspectos “ameaçadores”.

Abud (2017) destaca, ainda, que nos últimos anos é perceptível uma relação direta entre os grupos políticos que assumem o poder com as políticas educacionais, caracterizando, assim, a Educação como um “instrumento político” que visa atender, essencialmente, determinados interesses. “As proposições curriculares são resultado de escolhas, de concepções e interpretações históricas de grupos ou pessoas, nomeados, indicados, convidados pelas autoridades e/ou órgãos educacionais” (ABUD, 2017, p. 17). Nesse sentido, a BNCC, ao estipular caminhos curriculares e delimitar conteúdos, deve ser compreendida dentro do contexto político atual brasileiro.

Desse modo, desde julho de 2017, os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) têm inserido a BNCC nos processos de avaliação dos

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina e professora de História da educação básica do estado do Paraná.

livros didáticos, implantando, assim, em nível nacional, as competências, habilidades e objetos de conhecimentos definidos pelo novo documento curricular. Considerando esse contexto de mudanças, convidamos os autores de livros didáticos, Marco Pellegrini e Adriana Machado Dias², para uma entrevista, a fim de que pudessem comentar sobre os impactos dessas transformações no processo de produção dos livros didáticos de História, atualmente.

Entrevista

1. Em sua opinião, atualmente, qual é a função e a importância do livro didático no Ensino de História?

Adriana Machado Dias: O livro didático é um facilitador do trabalho docente em sala de aula, além de um meio de comunicação importante com os alunos, pois está alinhado aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação. Por meio do livro didático, os escritores da área de História têm a oportunidade de auxiliar na formação cidadã dos estudantes.

Marco Pellegrini: Diante das difíceis condições de trabalho enfrentadas por grande parte dos professores, um bom livro didático também facilita o dia a dia docente e disponibiliza conteúdos e práticas que, dificilmente, esses professores teriam condições de preparar e trazer para a sala de aula. Nesse sentido, o livro didático contribui para a melhoria do ensino de História.

2. Quais são suas principais preocupações ao escreverem um livro didático de História hoje no Brasil?

² Ambos os entrevistados são coautores das seguintes coleções didáticas de História, aprovadas nos últimos anos: Vontade de Saber História – 6º ao 9º ano (FTD) – aprovada nos PNLDs 2011, 2014, 2017. Novo Olhar História – Ensino Médio (FTD) – aprovada nos PNLDs 2012 e 2015. #Contato História – Ensino Médio (Quinteto Editorial) – aprovada no PNLD 2018. Além de diversas obras/sistema de ensino para mercado particular. A Adriana também é coautora da coleção Novo Pitangua – 1º ao 5º (Moderna) – aprovada no PNLD 2019, na qual a BNCC já foi inserida como parâmetro avaliativo.

Marco Pellegrini: A falta de conhecimento histórico das novas gerações e as possíveis consequências desse desconhecimento, nos deixam muito preocupados. Quando vemos os resultados de pesquisas de opinião, por exemplo, que apontam que um em cada cinco brasileiros é “contra os direitos humanos”, ficamos consternados com o grau de desconhecimento dos processos históricos e das lutas que possibilitaram a conquista desses direitos que fundamentam o próprio Estado Democrático de Direito.

Adriana Machado Dias: Diante do momento político delicado que estamos vivenciando no Brasil, com uma polarização entre “direita” e “esquerda”, o livro didático de História deve ser neutro, mas sem deixar de apresentar os diferentes pontos de vista (em geral, antagônicos) e incentivar os alunos a refletirem sobre aquilo que estão estudando. Ser neutro, neste caso, também exige cuidados: há temas delicados, por exemplo, direitos humanos, em que não deve haver espaço para neutralidades. No meu entendimento, quaisquer ações que violem os direitos humanos devem ser combatidas no texto didático. Os direitos humanos devem ser compreendidos como resultado de lutas históricas, que devem estar acima de discordâncias políticas entre “direita” e “esquerda”. Independentemente da opção política dos alunos, considero relevante que eles tenham essa dimensão da importância do respeito aos direitos humanos.

3. Vocês concordam com o formato do livro didático proposto pelo edital PNLD 2020? O que mudariam? O que deixariam como está? Comentem um pouco sobre isso.

Adriana Machado Dias: O formato do livro didático proposto no edital PNLD 2020 tem várias qualidades, porém, limitou o trabalho com alguns conteúdos de extrema importância nos dias atuais, entre eles,

“orientação sexual” e “identidade de gênero”. O edital não coloca mais como relevante o combate à homofobia, por exemplo. O texto referente a este tópico, especificamente, foi retirado nesta versão do edital. No meu entendimento, isso é muito grave, pois o fato de este conteúdo não ser obrigatório pode empobrecer os materiais didáticos de maneira geral. Não estudar sobre a importância do combate à homofobia apenas agrava a situação de intolerância social que estamos vivenciando. O edital PNLD 2020 recomenda, entretanto, que o material didático deve ser “livre de estereótipos e preconceitos”. Esse é um ponto positivo do edital.

4. Qual é a sua visão em relação aos editais do PNLD nos últimos anos?

Marco Pellegrini: Os editais têm, a cada programa, aumentado a quantidade de exigências e ampliado as incertezas de quem trabalha com a produção de materiais didáticos. No edital do PNLD 2020, por exemplo, além dos volumes impressos, é solicitado como “contrapartida” por parte das editoras, um material digital que acompanha a obra, o qual é composto de uma quantidade enorme de conteúdos. Como se trata de uma “contrapartida” a produção desse material não é remunerada e, além disso, a exclusão dele implica na exclusão de toda a coleção. Como os critérios de avaliação não são muito claros, isso aumenta o grau de incerteza de quem investe tempo e recursos na produção de materiais didáticos.

5. No processo de produção dos livros didáticos, existe alguma preocupação com os avaliadores das obras (especificamente)?

Adriana Machado Dias: Sim, existe. O avaliador é a pessoa responsável pela aprovação (ou não) dos materiais, e isso o torna elemento chave no processo de produção dos livros didáticos. Desse modo, entre as preocupações com o avaliador, está o alinhamento dos materiais

didáticos com o edital do PNLD em vigor, pois é com base neste documento que a análise do avaliador será realizada.

Marco Pellegrini: Há, porém, fatores que complicam a situação. No PNLD 2019, e também no PNLD 2020, foi eliminada a figura da Universidade parceira do MEC, a qual centralizava e organizava o processo de avaliação, dando suporte aos avaliadores. A ausência da Universidade inevitavelmente aumenta a insegurança e as incertezas no processo de avaliação das obras didáticas.

6. Quais as maiores dificuldades em se produzir um bom livro didático no Brasil hoje?

Marco Pellegrini: Há várias dificuldades, e vou destacar apenas uma delas: os prazos são sempre muito curtos, o que dificulta um trabalho mais minucioso de pesquisa e planejamento para a elaboração dos materiais didáticos.

7. Quais os impactos da aprovação da BNCC no processo de produção dos livros didáticos de História?

Adriana Machado Dias: Entre os impactos está a seleção de conteúdos obrigatórios. Uma novidade da BNCC foi a inclusão de temas relevantes que antes não eram obrigatórios nos currículos de História. Entre esses temas, estão as ditaduras na América Latina e a formação da ONU. Sobre esse tema, a BNCC do 9º ano de História afirma que o livro didático deve "Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação". Outros temas, que antes da BNCC já eram obrigatórios, ganharam destaque em todos os volumes. Entre esses temas estão os povos indígenas do Brasil. De acordo com a

BNCC, os livros didáticos devem contemplar a ação dos povos indígenas ao longo de toda a História do Brasil, desde antes da chegada dos europeus até a atualidade. Esses conteúdos obrigatórios da BNCC são muito importantes para uma maior visibilidade aos povos indígenas. E, sendo a BNCC obrigatória no Programa Nacional do Livro Didático, o alcance desses conteúdos se torna ainda maior.

Marco Pellegrini: É importante destacar que a BNCC do ensino fundamental foi finalizada em um momento de retrocessos políticos, e houve intensa pressão de grupos que atuam no sentido de restringir direitos humanos. Desse modo, na versão final da BNCC foram eliminados vários tópicos importantes, como os que orientavam o trabalho com educação sexual e com discussões de gênero, questões muito importantes para conscientizar as novas gerações sobre a importância dos direitos humanos e do respeito à diversidade humana.

8. As discussões da BNCC têm alcançado o meio das editoras? Houve participação/contribuição desse setor no processo de implantação do currículo?

Marco Pellegrini: As editoras se mobilizaram, principalmente, para esclarecer dúvidas geradas pela BNCC, por exemplo, se os materiais didáticos deveriam estar organizados de acordo com as habilidades específicas ou com os objetos de conhecimento, pois a inadequação das obras pode causar sua exclusão. As editoras também têm manifestado preocupações, principalmente com as indefinições que surgiram com a introdução da BNCC e com as dúvidas geradas pelos editais do PNLD. Há, por exemplo, contradições entre a parte geral da BNCC e as competências específicas e as habilidades do campo curricular de História. Isso gera incertezas em relação ao modo de abordar vários temas, as quais, por sua vez, aumentam os riscos de exclusão de obras.

9. No Paraná, existem alguns movimentos políticos recentes que têm apresentado propostas de adoção unificada de livros didáticos (seja por cidade ou até mesmo no Paraná todo). Como vocês se posicionam em relação a essas propostas? Comentem um pouco sobre isso.

Adriana Machado Dias: No meu ponto de vista, a proposta de uso de um único material didático, em nível municipal ou estadual, é muito ruim, principalmente porque torna praticamente nula a opinião dos professores. E, sendo os professores responsáveis pela utilização do livro didático em sala de aula, eles devem ser consultados no processo de escolha desses livros.

10. Para encerrar, em sua opinião, qual o futuro do livro didático no Brasil?

Adriana Machado Dias: O livro didático no Brasil precisa ser compreendido de acordo com o público a que é destinado. Há os materiais didáticos produzidos para o PNLD (escolas públicas) e o material didático destinado às escolas particulares. No caso dos livros para PNLD, o futuro depende, primeiramente, da manutenção (ou não) do programa pelo Ministério da Educação. Diante da instabilidade política que estamos vivenciando no país, é grande a incerteza sobre o futuro do PNLD. No meu entendimento, o fim deste programa poderia representar uma enorme queda na qualidade dos livros didáticos, e isso afetaria diretamente os estudantes de escolas públicas e também particulares. Os critérios de análise do PNLD fazem com que apenas livros que cumprem o edital sejam usados pelos estudantes. Já os livros destinados ao mercado particular não passam por esse tipo de análise. Embora muitas editoras do Brasil tenham critérios de qualidade rigorosos para a produção de materiais

didáticos para o mercado particular, existem casos de editoras que não os têm. Como exemplos, podemos citar livros didáticos com conteúdos racistas, xenofóbicos, machistas etc., e com erros de todo tipo, desde ortográficos até de informações básicas.

Ainda sobre o futuro do livro didático no Brasil, outra questão que não pode deixar de ser pensada é o formato do livro. Até quando teremos materiais impressos? Será que o papel deixará de ser usado por questões de necessidade ambiental? Ou ainda, será que a versão digital do livro didático não irá sobrepor a versão impressa, deixando esta última obsoleta? Essas são questões que precisamos também levar em conta sobre esse assunto. De qualquer maneira, independentemente do formato ou do público, eu acredito que os materiais didáticos continuarão a fazer parte da rotina escolar brasileira por muito tempo.

Marco Pellegrini: É importante ressaltar também que, no Brasil, o livro didático supre, em parte, as deficiências de uma grande parcela dos docentes e, por isso, deve se manter ainda por um bom tempo. Em decorrência dos avanços tecnológicos, no entanto, a tendência é que prevaleça uma combinação de materiais impressos e digitais. Há, ainda, outra variante, que é a ampliação do espaço ocupado pelos recursos educacionais abertos. Dependendo de uma série de fatores, inclusive tecnológicos e socioeconômicos, é possível que esses recursos ocupem um espaço cada vez maior nas escolas, reduzindo gradativamente a importância dos livros didáticos.

Referências

ABUD, Kátia Maria. Ensino de história e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. *In*: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (org.). *Ensino de história e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 13-26.

Recebido em 26 de setembro de 2018

Aprovado em 11 de janeiro de 2019